



# Boletim da ANPHLAC

Informativo da Associação Nacional dos Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha

## HOME PAGE DA ANPHLAC <http://anphlac.cjb.net>

Nossa associação agora possui uma home page! Nela podem-se encontrar os dados sobre os membros da diretoria atual; as instruções para a filiação na ANPHLAC; os detalhes sobre o IV Encontro em Salvador; a íntegra dos últimos boletins distribuídos por correio; os Anais do último encontro da ANPHLAC realizado em São Paulo; os detalhes sobre nossa lista de discussão; as informações sobre encontros anteriores e sobre o surgimento de nossa revista, assim como links interessantes na área de história da América. Estamos abertos à contribuições e sugestões!

## ANAIS ELETRÔNICOS DO III ENCONTRO - 1998

Estamos lançando a publicação eletrônica dos Anais do III Encontro da ANPHLAC realizado em São Paulo em 1998. Os Anais Eletrônicos podem ser consultados através de nossa home page. Até o momento foram disponibilizados os artigos de todos os participantes que entregaram seus textos à comissão organizadora do encontro em São Paulo ou os enviaram por e-mail à secretaria da ANPHLAC.

## REVISTA ELETRÔNICA DA ANPHLAC

Está prestes a ser lançado o número zero da Revista Eletrônica da ANPHLAC. Este número experimental terá como tema: **Fontes, pesquisa e produção editorial sobre a América Latina no Brasil** e contará com artigos que abordarão a trajetória da ANPHLAC, as fontes para a História da América Latina no Brasil e farão um balanço do ensino e da pesquisa, assim como da produção editorial e o mercado de nossa área de estudo.

Aguardem! Dentro em breve em nossa home page!

## LISTA DE INFORMAÇÃO E DISCUSSÃO [anphlac@egroups.com](mailto:anphlac@egroups.com)

Esta lista tem como principal objetivo reunir os sócios da ANPHLAC, e interessados para que seja possível a troca de informações sobre eventos científicos, publicações, endereços da web, intercâmbio de dados e notícias sobre investigações em curso na área de História da América.

Ressaltamos que o conteúdo das mensagens deve ser, de cunho acadêmico e necessariamente, relacionado às ciências humanas, principalmente à história da América. As mensagens devem ser destinadas a todos os membros da lista.

Para inscrever-se, basta mandar uma mensagem, sem nada escrito, para o e-mail: [anphlac-subscribe@yahoogrupos.com.br](mailto:anphlac-subscribe@yahoogrupos.com.br) e aguardar o contato do moderador da lista. Este, além de informar oficialmente de que você foi recebido no grupo, enviará as regras e informações sobre como proceder para remeter e receber mensagens e consultar as mensagens já arquivadas.

### Endereços

Remeter mensagem:	<a href="mailto:anphlac@yahoogrupos.com.br">anphlac@yahoogrupos.com.br</a>
Assinar:	<a href="mailto:anphlac-subscribe@yahoogrupos.com.br">anphlac-subscribe@yahoogrupos.com.br</a>
Cancelar assinatura:	<a href="mailto:anphlac-unsubscribe@yahoogrupos.com.br">anphlac-unsubscribe@yahoogrupos.com.br</a>
Proprietário da lista:	<a href="mailto:anphlac-owner@yahoogrupos.com.br">anphlac-owner@yahoogrupos.com.br</a>
URL para a página da lista	<a href="http://br.groups.yahoo.com/group/anphlac">http://br.groups.yahoo.com/group/anphlac</a>

**Antonio Gil** (Secretário da ANPHLAC)

## E-mail da ANPHLAC

## IV ENCONTRO DA ANPHLAC SALVADOR – 2000

De 8 a 10 de novembro ocorrerá o IV Encontro da ANPHLAC em Salvador. Todas as informações referentes ao evento, incluindo a programação estão contidas em nossa home page. Brevemente estarão disponíveis on line os textos completos das apresentações.



### RESENHAS

VARÓN GABAI, Rafael. **La ilusión del poder. Apogeo y decadencia de los Pizarro en la conquista del Perú.** Lima: Instituto de Estudios Peruanos/Instituto Frances de Estudios Andinos, 1996.

#### OS PIZARRO NA CONQUISTA DO PERÚ

Editado em Lima, Perú, em 1996, “La ilusión del poder. Apogeo y decadencia de los Pizarro en la conquista del Perú”, de autoria de Rafael Varón Gabai, chegou ao Brasil no ano seguinte e, em minhas mãos, por doação de um colega, que o recebeu por deferência do autor, a quem conheceu em Londres. Início com esta informação para salientar as dificuldades de acesso dos pesquisadores em História da América às últimas publicações nesta área do conhecimento; da carência de agências de divulgação dessa bibliografia e a necessidade de reforçar vínculos institucionais que possibilitem maior intercâmbio entre os que pesquisam e estudam a história dos países ditos latino-americanos.

Nascido como tese de doutoramento na Universidade de Londres, Inglaterra, o livro de Varón chega ao público leitor sem o peso da leitura acadêmica. É um texto de fácil compreensão, narrativa que prende a atenção do leitor, que tanto poder ser um historiador ou um curioso por História da América. O texto se faz compreender por ele próprio, apesar da ampla pesquisa bibliográfica, das fontes reveladas e da revisão dos fatos trabalhos.

No estudo de uma família, diferentemente dos estudos tradicionais, onde o privilégio vai para aquele que representa o herói, o autor apresentou novas perspectivas e abordagem. Uma história de família, como a dos Pizarro, abriu espaço na historiografia para o estudo de práticas políticas que se perpetuaram por gerações e, assim, representaram, uma perspectiva de permanências históricas, indicando possibilidades de trabalhar com outras famílias com as mesmas características.

É evidente que Varón tomou para objeto de estudo um grupo familiar que lhe garantia o seu pressuposto inicial, isto é, a permanência dentro de um mesmo conjunto de práticas políticas, econômicas e sociais, objetivando o acúmulo de riquezas e o reconhecimento familiar no mundo espanhol. Ao final, a escolha do autor, contribuiu para o enriquecimento da temática, pois possibilitou ao pesquisador o aprofundamento de suas pesquisas revelando outras vertentes da economia na sociedade colonial espanhola.

A biografia acompanha, nesta obra as perspectivas historiográficas correntes nos estudos de História mais recentes, onde o indivíduo deixa de falar por ele mesmo para falar no grupo, na teia de relações na qual ele próprio estabeleceu, ajudou a construir ou foi envolto, na sociedade na qual está inserido. Este olhar obrigou, certamente, Varón, a ampliar as suas pesquisas, para evidenciar os diversos caminhos percorridos pelos Pizarros em suas trajetórias individuais e como parte de uma família.

O trabalho de revisão historiográfica e a busca de novas fontes, demonstra a capacidade do autor em avaliar informações e selecionar, com rigor, trazendo para a historiografia elementos que faz compreender o homem em seu mundo e seu tempo. A “generosidade historiográfica” do autor, que faz questão de identificar e localizar todas as fontes trabalhadas nas respectivas bibliotecas e arquivos, permite a abertura de novas linhas de investigação sobre a empresa colonial, seus empreendedores e mecanismos de ação junto à sociedade colonial, como também suas relações com o Estado metropolitano.

Os capítulos estão organizados de forma a fazer compreender o processo de formação, ascensão, problemas e crises do patrimônio da família Pizarro. Neste percurso, encaminha o leitor para as diversas partes do mundo onde os Pizarros tiveram sua atuação. As análises perpassam a América e a Europa privilegiando cada espaço em sua especificidade, acompanhando, assim, a ação e os territórios de atuação desses empreendedores.

Para nós interessa, objetivamente, a trajetória dos Pizarros nos ambientes públicos e privados. As relações ali estabelecidas remetem à formação das nações ibéricas e a transplantação do tipo de projeto político e social – entre o público e o privado – na América. Nessa parte do trabalho, evidencio as contribuições desse trabalho, pois demonstra de que forma, dentro das próprias estruturas públicas, os Pizarros vão participando e conseguindo se sobressair, a depender da situação, como foram acumulando a riqueza familiar e como seu patrimônio não conseguiu se manter. O autor aponta, como as variações conjunturais contribuíram para a crise dos Pizarros e os caminhos tomados por eles.

O estudo das estruturas jurídicas e de controle metropolitano sobre a empresa particular conquistadora, revela as forma de burla e trato com as instituições, seus representantes e as formas encontradas pelos Pizarros para tê-los sob o controle. Sua incursão sobre as relações entre a população americana e os conquistadores evidencia a

ambigüidade dessas relações quando confrontados com o perfil do conquistador, que mesmo em tempo de paz não se afasta de seus propósitos, fazendo ressurgir a violência da conquista a cada instante que fosse necessário, seja para fazer ampliar sua cota de trabalhadores, seja para ampliar os territórios conquistados.

Outro elemento trabalhado pelo autor foi a constituição da família, o papel dos iniciadores, dos seus descendentes, da administração patrimonial e das formas de relacionamento intra-familiar. Destaque-se, nesse momento, o papel das mulheres, atuantes no seio familiar, possuidora de bens, como também administradora deles, mesmo que admitindo-se certa ingerência masculina em seus negócios.

Quando se trata da família, Varón amplia suas relações, ultrapassando a estrutura familiar espanhola e ampliando para os outros elementos a ela vinculados. Dessa forma, a família Pizarro vai tomando uma outra dimensão quantitativa, espalhando-se pela Europa e pela América, constituindo-se em uma grande célula, com atuação marcante, por muito tempo, na sociedade peruana. A trajetória dessa família serve para compor um estudo dos primeiros oitenta anos da presença espanhola na América, da estrutura interna da empresa da conquista e da perspectiva de montagem de uma sociedade americana, parceira da Espanha e, quando não, subalterna a ela enquanto colônia. A parceira, apresenta-se como um sonho da maioria dos conquistadores que viam na conquista – uma empresa particular – o caminho para inserir-se social e politicamente na sociedade espanhola.

Lina Maria Brandão de Aras, professora do Departamento e do Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia.

**AGGIO, Alberto. Frente Popular, Radicalismo e Revolução Passiva no Chile.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

ESTRANHOS ESTRANGEIROS. Falando dos outros, falamos de nós mesmos.

Como os mitos entranhados na memória coletiva trazem a marca do nacional, a percepção dos significados de histórias dessa ordem pode ser enriquecida pela análise atenta de quem vive outra realidade: o estrangeiro. Essa questão remete a muitas outras, dentre as quais a da relação do historiador com o emaranhado de suas próprias circunstâncias, terreno onde medram dificuldades que não podem ser menosprezadas, principalmente quando a prática historiográfica tem por cenário e objeto um universo de identidades nacionais erigidas com base em referências cruzadas, caso da América Latina. O livro de Alberto Aggio, enfrenta esta dificuldade, e o resultado é instigante. A forma de exposição adotada difere um tanto do que é tido por padrão acadêmico, com o que ganha o leitor. A matéria, organizada em três grandes conjuntos de problemas, é apresentada em sete capítulos. O primeiro traz um painel sumário da história política do

Chile, abrindo espaço para o enunciado dos marcos teóricos da análise (cap. 2). Nos três capítulos subsequentes tem lugar a exposição da matéria histórica propriamente dita, com a narração das vicissitudes do movimento modernizador chileno e de seus protagonistas (cap. 3). Os capítulos seguintes dão conta da trajetória da Frente Popular e de seus desdobramentos imediatos, por meio do relato da história da articulação política bem-sucedida que reuniu em coalizão partidos de centro (o Radical), de esquerda (o Comunista e o Socialista) e o da Democracia Unificada, além de setores do movimento sindical organizados na Confederação dos Trabalhadores do Chile. Conta-se aí como a coalizão consolidou-se com a indicação do radical Pedro Aguirre Cerda para concorrer à presidência e como se deu o triunfo da Frente Popular em 1938. Esta parte da obra completa-se no quinto capítulo, onde é feita a análise das dimensões política e econômica do período de governo da Frente Popular e do radicalismo. No sexto capítulo o leitor é brindado com detalhado painel do debate historiográfico que tem por foco de interesse a experiência política acumulada durante os períodos da modernização chilena, da Frente Popular e do radicalismo. Finalmente, o autor conclui o estudo com a sua explicação do enigma político chileno configurado por volta de 1930 e tragicamente encerrado em 1973. Finda a leitura do texto, percebe-se que o seu tema central – o seu enigma – não é o anunciado pelo título. A obra, e vem daí seu “caráter reflexivo [na] origem” (p. 23), é etapa de uma linha de reflexão cujas origens estão na purgação do trágico colapso, em 1973, da experiência socialista com liberdade, assunto da primeira visita do autor a este distante país que é o passado chileno (vide Aggio, A., Democracia e Socialismo, São Paulo, Edunesp, 1993). Na verdade, o tema/enigma com o qual o autor é confrontado é o da esquizofrênica relação das elites políticas latino-americanas com a modernização capitalista imposta-assumida-erigida como valor supremo a subordinar todos os outros na definição do papel do Estado. Nesse ponto, Aggio recusa a cantilena dominante que atribui a este o papel de demiurgo das patologias sociais convertidas em entranhada natureza dos povos do continente. Sua análise demonstra que, no caso do Chile, o Estado foi, em vez de causador dessas patologias, o grande campo de batalha onde travaram-se combates decisivos dos que forcejavam por debelá-las contra aqueles outros cujas condições de dominação tinham por pré-condição a reiteração ampliada das causas profundas dessas patologias sociais.

Ainda que não seja difícil divergir do autor quanto ao seu modo de operar sofisticadas categorias gramscianas de análise, em especial a de “revolução passiva”, seu livro é merecedor de muita atenção, até porque revela que nós, brasileiros, somos estrangeiros bem estranhos: falando dos outros, falamos de nós mesmos.

István Jancsó, professor do Departamento de História da FFLCH-USP, publicada originalmente em Pesquisa FAPESP. São Paulo: FAPESP, n.50, jan.-fev. 2000.

**Mantenha atualizado o seu endereço postal e eletrônico!**

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

Maria Helena R. Capelato apresenta neste livro os resultados de sua tese de livre docência em História da América, defendida no Departamento de História da Universidade de São Paulo em 1997, que teve por objetivo analisar o significado da propaganda política idealizada e utilizada pelo varguismo, no Estado Novo (1937) e pelo peronismo, no período de 1945 a 1955. Dentro de uma abordagem comparativa, a autora transita pelos caminhos de uma história política renovada, cuja especificidade e riqueza estão em incorporar a sutileza que oferecem os campos do imaginário e do simbólico no processo de construção do poder político como mecanismo de controle social. Propondo também a revisão de alguns conceitos a partir das novas contribuições sobre o tema, Maria Helena explora um novo viés dos estudos sobre o totalitarismo na Argentina e no Brasil ao destacar, na esfera do imaginário coletivo, a importância dos símbolos, das imagens, dos mitos e das utopias como elementos mediadores entre a política e a cultura e entre estas e o poder, sem se afastar, porém, do contexto histórico.

Neste sentido, a propaganda política, ao se valer desse imaginário coletivo, tem um importante papel de persuasão atuando sobre os sentimentos – individuais e coletivos – provocando reações, mascarando as diferenças e facilitando a manipulação. Assim, é fácil observar, segundo as palavras da autora, “a importância estratégica que tem no exercício do poder e no ocultamento de sinais de divisões e conflitos sociais, permitindo a manipulação diante dessa aparente unidade”.

Todavia, a autora, lembrando a De Certeau e Chartier, constata que a mesma mensagem de propaganda não tem o mesmo efeito em sociedades e contextos históricos diferentes. Daí, a importância da aplicação do método comparativo, uma vez que este permite confrontar as diferenças e as semelhanças presentes na idealização das formas de propaganda política nos dois regimes estudados, bem como seus efeitos, apontando, assim, a complexidade de cada sociedade em determinado momento histórico.

A emergência das massas na cena política brasileira e argentina teve um momento importante no período de entre-guerras. Neste contexto, a autora lembra que sendo a crítica ao sistema liberal um elemento de importância no período que seguiu à Primeira Guerra Mundial, outros acontecimentos, como a Revolução Russa, por exemplo, vieram mostrar também a fragilidade do sistema liberal para dar resposta aos problemas sociais. Por isso, a questão das massas passou a um primeiro plano e, na América Latina, essa preocupação viu-se fortalecida pelos reflexos da grande crise de 1929, que incentivou a participação das correntes anti-liberais no terreno político.

Particularmente no caso brasileiro, a Revolução de 1930 deu a oportunidade para o surgimento de um novo modelo de Estado e de um líder que permitiria a integração das massas com o Estado. Na Argentina, um pouco mais tarde – em 1945 – esse modelo também serviria para consolidar a política de massas. Assim, a autora sustenta que: “As propagandas varguista e peronista apresentavam em comum, o fato de se constituírem em uma das bases de sustentação de um novo estilo de poder que foi introduzido nesses países”.

Apoiando-se num riquíssimo material documental, que inclui jornais, revistas, suplementos literários, textos escolares, filmes, músicas e fotografias, além de escritos políticos, discursos e de uma excelente bibliografia, Maria Helena Capelato detecta as especificidades e as diferenças no uso da propaganda varguista e peronista e, sobretudo, os objetivos que ambos pretendiam atingir.

A autora organizou sua obra em sete capítulos que vão incorporando gradativamente e através de múltiplas fontes, os elementos utilizados na montagem da propaganda política, o envolvimento dos personagens nesse processo e os objetivos que norteavam a propaganda nos respectivos governos. Recorrendo constantemente a exemplos específicos e a ilustrações permitiu visualizar com clareza os meios impressos utilizados como propaganda e os mecanismos para atingir seu público alvo.

No capítulo primeiro dedica essas páginas a dar identidade aos regimes políticos que são objeto de análise. A través de exemplos pontuais aproxima o leitor aos símbolos e imagens utilizados por ambos governos, sem esquecer, porém, que a “intensidade e a complexidade que oferecem devem ser interpretados à luz das próprias histórias nacionais e à forma como foram vividos os acontecimentos que afetaram as sociedades”. Escudos, músicas, datas, numerosas imagens reproduzidas em livros, revistas e jornais caracterizaram o apelo propagandístico de ambos regimes e a preocupação com o consentimento das massas. Mas também a montagem do “espetáculo do poder” contava com as comemorações que, inspiradas na Itália fascista e na Alemanha nazista, embora mais modestas como espetáculo, representavam o momento em que a propaganda política atingia seu maior sucesso com a demonstração de “um povo feliz e protegido por seu governo”.

Outro aspecto importante tratado foi a relação da propaganda política e o controle dos meios de comunicação. Fazendo uma aproximação ao fascismo europeu chama a atenção sobre a importância que os fascistas davam aos métodos de comunicação em massa, fato que foi incorporado pelos regimes brasileiro e argentino. Todavia, embora os modelos italiano e alemão tenham servido de inspiração para este veículo de aproximação as massas, também seus resultados foram diferentes. Na Argentina, o controle dos meios de comunicação – rádio e imprensa, por exemplo – foi extremamente eficaz quando o governo incorporou 19 estações de rádio, 45

emissoras em todo o país e 23 jornais que foram amplamente utilizados para a propaganda do governo. Também o varguismo utilizou largamente a imprensa e o rádio como veículos de propaganda. A censura e as pressões de ordem político e financeiras sobre os jornais transformaram o jornalismo “numa força coordenada pelo Estado”. O rádio, que nasceu sob o controle estatal, teve na “Hora do Brasil”, um espaço privilegiado para a informação manipulada, a exaltação do patriotismo e o gosto pelas artes populares. Este capítulo do livro está ricamente ilustrado com reproduções de cartilhas e livros escolares, que representam um outro lado da propaganda formadora de opinião utilizada tanto no varguismo como no peronismo, mostrando como a propaganda não se restringia apenas aos jornais e ao rádio, mas também à formação do “homem novo”, por meio da manipulação dos sentimentos individuais no amor à pátria e aos seus líderes, desde o recinto escolar.

O capítulo que trata da “Cultura e política no varguismo e no peronismo” refere-se à relação cultura/poder político. Nos regimes autoritários, essa relação assume um papel central na medida em que tolhe, propositalmente, a liberdade de expressão e criação. Fazendo referência a Lionel Richard, um dos estudiosos do nazismo e sua relação com a literatura e a cultura a autora mostra como, nesse regime, as artes foram “usadas para inculcar nas massas os valores do nacional-socialismo”. Todavia, o sucesso que o governo alemão atingiu por meio da propaganda desenvolvida como uma arte-propaganda, não foi o mesmo na Itália de Mussolini, o que não impediu a mobilização e participação das massas em ambos os casos.

No varguismo e no peronismo, a concepção de cultura e a organização da propaganda como controle político foi inspirada nas experiências do nazismo e do fascismo, todavia, seus resultados, como no exemplo europeu, também foram diferentes. Tanto no varguismo como no peronismo, essa concepção de cultura tinha um valor utilitário. Na medida em que valorizavam a cultura nacional, negando os valores alheios à sua cultura, estes regimes aliavam o social ao político e justificavam a intervenção do Estado na preservação dos valores culturais nacionais.

Assim, teatro, cinema, música, artes plásticas e arquitetura foram utilizados em diversos graus pelos regimes, mostrando que a produção cultural, segundo a autora, “insere-se num projeto elaborado com base numa política de massas inaugurada no período” o que conduziu a uma integração dos campos cultural e políticos adaptados “às novas concepções de poder”. Esta reflexão sobre o significado da propaganda e da produção cultural direcionadas para atender os fins políticos específicos do peronismo e do varguismo, vem mostrar como, nesse contexto, a obra de arte e obra de propaganda se tornam inseparáveis, “formando um produto de natureza cultural e política”.

Certamente, a utilização da produção cultural e sua projeção sobre as sociedades brasileira e argentina, não poderia ter acontecido sem o engajamento dos intelectuais. Neste sentido, a autora foi muito feliz ao

captar as diferenças e semelhanças entre o varguismo e o peronismo, na medida em que apresenta não apenas os intelectuais e artistas mais expressivos que se engajaram no projeto cultural de ambos regimes autoritários, como também aqueles que repudiaram a intervenção do Estado nesse campo que, particularmente no peronismo mostrou uma forte resistência, mostrando as polarizações de opinião em ambas sociedades.

Ao referir-se no capítulo 4 à “Política de massas: uma nova cultura política”, a autora apresenta os resultados práticos do seu trabalho, ou seja, a construção de “nova cultura política” que se “configura pela introdução de uma política de massas”, cujo tempo histórico é a crise do liberalismo no final da Primeira Guerra. Nesse momento, as soluções alternativas buscavam a redefinição do papel do Estado que na Argentina e no Brasil se configuraram como intervencionistas e com a presença de um líder carismático, que tinham como proposta a construção de uma “política adaptada à nova conjuntura mundial e às realidades nacionais”. Todavia, enquanto o varguismo colocava ênfase na reforma política visando o “progresso econômico” e a “ordem na sociedade” o peronismo punha seu acento na “justiça social”. O discurso peronista também fazia referência aos valores religiosos cristãos e hispânicos, privilegiando os sentimentos e esses valores como mediadores das transformações sociais. Já no varguismo, essa transformação social se espelhava em teorias científicas.

O tema da construção da cidadania traz também uma importante reflexão em torno da conceição de cidadania, que se define, nesse contexto, em torno do “cidadão/trabalhador” e não mais sobre o “cidadão/indivíduo”. No caso brasileiro, por exemplo, um dos traços que caracterizou a política varguista foi o trabalhismo, cuja mensagem/propaganda se consubstanciava através de vários canais de propaganda: dos discursos de Vargas, dos textos de caráter didático, do cine-jornal, dos manuais escolares, das festas cívicas, fotografias, cartazes e ilustrações, cujos destinatários eram os segmentos populares, particularmente, os trabalhadores.

A autora mostra, ainda, as diferenças entre o varguismo e o peronismo na sua concepção de cidadania do trabalho. Assim, para o primeiro a imagem do trabalhador não se identificava sempre com a do operário. Sua característica estava em representar a imagem do trabalhador identificado como um problema de todos os homens e não apenas do trabalhador/operário. Pretendia, assim, o varguismo, desmistificar a imagem que o comunismo criou sobre do papel da classe operária como agente das transformações sociais através da luta de classes. No caso do peronismo, a questão da justiça social e da política trabalhista foi o bastião de sua popularidade. A doutrina justicialista, que representava a “terceira posição”, foi a fórmula encontrada pelo peronismo para a construção de uma sociedade justa, entendendo-se por justa “nem capitalismo, nem comunismo”.

Assim, a autora destaca estas diferenças que: “enquanto o varguismo privilegia o trabalho como fator de produção destinado ao desenvolvimento material, o peronismo salienta a justiça social como elemento prioritário no que se refere ao mundo do trabalho”.

A propaganda peronista, no entanto, deixou marcas profundas na sociedade Argentina. Neste sentido, se por um lado, essa propaganda “representa um dos pilares de sustentação da política de massas”, por outro, ela não cumpriria com essa função sem ser acompanhada de reais mudanças nas condições de vida da população. Efetivamente, a situação favorável que a Argentina vivia após a Segunda Guerra favoreceu a aplicação da política peronista. Uma prova disso foi a questão salarial, quando entre 1946 e 1949 aumentaram os salários reais dos trabalhadores industriais em 53%. Por outro lado, o peronismo acenava para realizações imediatas, concretas, ao contrário do comunismo que pregava mudanças estruturais a longo prazo. Por isso, conclui a autora, o sucesso não pode ser explicado apenas em função da manipulação e do controle social.

As diferenças, portanto, entre o varguismo e o peronismo podem ser sintetizadas em que “enquanto na Argentina a “justiça social” foi o carro-chefe do peronismo, no Brasil, ela ocupou um papel secundário, já que o objetivo principal do novo regime era a reforma do Estado com vistas ao desenvolvimento econômico e à disciplinarização da força de trabalho. Isso não significa que o governo não tenha introduzido modificações importantes no mundo do trabalho, mas elas são modestas quando comparadas com as ocorridas na Argentina”.

A autora resgata também o papel que teve a educação na formação de uma identidade nacional, em ambos regimes. Durante o governo de Vargas, por exemplo, o ensino da História do Brasil foi revitalizado e direcionado para inculcar nos jovens um novo sentido de pátria. Junto a isso, a questão nacional assumiu um papel central enfatizando as características da sociedade brasileira, condenando os separatismos e o regionalismo, através de um Estado centralizado, que era o Estado Novo. Também, a questão da Marcha para o Oeste reforçava a intenção de integrar o território “vazio” à unidade nacional como uma necessidade de “completar” a nacionalidade brasileira.

Essa preocupação era transmitida por diversos meios que tentavam atingir, principalmente, aos jovens e adolescentes. O Catecismo Cívico do Brasil Novo e o Brasil é Bom, voltados para as crianças, são alguns exemplos da propaganda, nessa direção.

O peronismo também teve uma grande preocupação com a educação como um meio de transmitir os valores morales cristãos e preparar os jovens, desde crianças, para a educação política dentro dos princípios da doutrina justicialista. A luta empreendida, neste sentido, deu resultados positivos e a propaganda peronista impregnou o ensino com mensagens doutrinárias impressas nos livros escolares que desde os primeiros anos da escola investiam na formação de uma consciência nacional. Também a construção de uma identidade nacional foi

feita com a recuperação das origens hispânicas, dos heróis e das datas cívicas, cujo teor emocional permitiu penetrar profundamente no imaginário coletivo.

No capítulo 7, a autora introduz o leitor num aspecto importante de ambos regimes que é a forma de lidar com as emoções. Na Argentina peronista e no Brasil varguista os valores coletivos estimulavam o amor à pátria que, simbolicamente, se associava à família e esta à Nação/Estado/Pátria, representando a união e a harmonia. Estes valores foram amplamente explorados por ambos regimes. A produção de imagens foi muito intensa no peronismo e o material de propaganda utilizado foi também mais numeroso e diversificado que no varguismo, todavia, ambos tinham como finalidade induzir a “moderação de sentimentos e controle das paixões”.

A figura do líder, característica marcante da política de massas, o poder místico e sua imagem divinizada, fundamental para a consolidação da política varguista e peronista, foi reforçada na Argentina pela figura feminina de Eva Perón que “representa a natureza purificadora e redentora da sociedade”. Em ambos os casos, o poder personificado na figura do presidente tem uma “eficácia emocional e uma capacidade mobilizadora atribuída ao líder na relação com as massas”.

Um aspecto importante para o qual a autora chama a atenção é a questão da mudança de concepção sobre as massas. Particularmente no peronismo, estas aparecem como “aliadas” e não mais como “inimigas”, já não revelam temor à sociedade constituída pois são pacíficas, organizadas e colaboradoras dentro do movimento peronista. Contrariamente, no regime varguista, não eram enfatizadas as qualidades das massas mas as do seu líder em conduzi-las. Daí que a figura carismática de Getúlio Vargas fosse associada à do “pai dos pobres”, protetor e generoso e de “salvador da pátria”, inspirado na idéia de salvação e de sacrifício do líder.

Em seus aspectos comparativos os regimes de Perón e Vargas também podem ser confrontados em relação à sua projeção futura no imaginário político de ambos países. Muito mais resistente ao tempo entre os argentinos do que nos brasileiros, a força política do peronismo é ainda hoje sustentada pelos mitos representados por Evita e por Perón que permanecem no imaginário popular. O varguismo se mantém hoje na lembrança dos que se beneficiaram da política do “pai dos pobres”, resgatada também, pela história oficial.

O livro de Maria Helena Capelato, fruto de um trabalho fecundo e de uma profícua e reconhecida trajetória profissional, constitui um estímulo aos estudos de história comparada na América Latina, permitindo reconstruir o caráter unitário de uma experiência complexa, numa dimensão analítica ampla, que convida à reflexão e ao discernimento dos efeitos da propaganda política no processo de legitimação do poder.

Lilia Inês Zanotti de Medrano, profa. de História da América do Curso de História da PUC-Campinas- SP

**Não deixe de pagar a sua anuidade!  
Para se associar, todas as informações  
estão em nossa home page, inclusive a  
ficha de filiação!**

## **ANUIDADE ANPHLAC 2000**

O valor da anuidade de 2000 é de R\$ 50,00 (cinquenta reais). O pagamento pode ser feito através de depósito bancário, a conta disponível é a seguinte:

Titular: Lúcio Flávio Vasconcelos  
Banco do Brasil – Agência: 1619-5  
Conta poupança: 205.848-0

Para o tesoureiro poder remeter o recibo correspondente, solicitamos o envio do comprovante do depósito bancário (cópia ou original) pelo correio ou via fax através do telefone de trabalho: (0-xx-83) 225 1901.

Caso queiram fazer o pagamento através de cheque, ele deve ser enviado para o endereço do tesoureiro:

Lúcio Flávio Vasconcelos  
Golfo de Cadis, 199/202 - Ed. Catamarã –  
Cabedelo - PB - CEP: 58.310-000  
Tel Res: (0-xx-83) 248-1256  
E-mail: lflavio@reitoria.ufpb.br

Aceitamos também o parcelamento do pagamento da anuidade. Neste caso, podem ser enviados dois cheques de R\$25,00. O(s) cheque(s) pode(m) ser pré-datado(s) não podendo exceder a data de dezembro de 2000.

## **INFORMES**

**CONGRESSOS  
WEB – HOME PAGES  
LIVROS e ARTIGOS  
CD-ROMs e REVISTAS**

A divulgação do conteúdo das revistas que tratam de temas latino-americanos e do surgimento de novos cd-roms e livros, assim como a divulgação de congressos e novas home pages agora é feita preferencialmente em nossa lista de informação e discussão eletrônica

[anphlac@egroups.com](mailto:anphlac@egroups.com)



## **TESES E DISSERTAÇÕES**

### **DOCTORADO**

Título: "América para a Humanidade: o americanismo universalista de José Martí (1853-1895)"

Autor: Eugênio Rezende de Carvalho  
Curso e Instituição: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília - UnB  
Orientador: Prof. Dr. Jaime de Almeida  
Data da Defesa: 29/09/2000

### **MESTRADO**

Título: "A cultura política do batllismo no Uruguai (1903-1958)"

Autor: Marcos Alves de Souza  
Curso e Instituição: Curso de Pós-Graduação em História da FHDSS da UNESP, Campus de Franca.  
Orientador: Prof. Dr. Alberto Aggio  
Data da Defesa: 28 de setembro de 2000.

Título: "O conceito de populismo nas ciências sociais latino-americanas: história, representação e debate ideológico"

Autor: César Ricardo De Andrade  
Curso e Instituição: Curso de Pós-Graduação em História da FHDSS da UNESP, Campus de Franca  
Orientador: Prof. Dr. Alberto Aggio  
Data da Defesa: 12 de setembro de 2000.

Título: "Reforma Universitária na América Latina (Argentina e Peru): a emergência das vanguardas no continente"

Autora: Patrícia Renata de Toledo  
Curso e Instituição: Curso de Pós-Graduação em História da FHDSS da UNESP, Campus de Franca  
Orientador: Prof. Dr. Alberto Aggio  
Data da Defesa: 28 de agosto de 2000.

Título: "A *Concertación Social* chilena: limites de uma alternativa negociada"

Autor: José Renato Vieira Martins  
Curso e Instituição: Programa de Pós-graduação em Ciência Política da FFLCH-USP  
Orientador: Prof. Dr. Leonel Itaussu de Almeida Mello  
Data de Defesa: 26 de novembro de 1999.

### **EXPEDIENTE**

**Boletim da ANPHLAC - Informativo da Associação Nacional dos Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha**  
Home Page: <http://anphlac.cjb.net>  
Lista de informação: [anphlac@egroups.com](mailto:anphlac@egroups.com)  
E-mail: [anphlac@bigfoot.com](mailto:anphlac@bigfoot.com)

Presidente: Maria Lígia Coelho Prado (USP)  
Vice-Presidente: Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)  
Secretário: Antonio Carlos Amador Gil (UFES)  
Tesoureiro: Lúcio Flávio Vasconcelos (UFPB)  
Endereço para correspondências e envio de matérias ANPHLAC - A/c Prof. Antonio Carlos Amador Gil  
Rua José de Almeida Rebouças 90 – Mata da Praia – Vitória – ES – CEP:29066-150  
Tele-fax: (027) 327-2365  
E-mails: Maria Lígia C. Prado: [lcprado@usp.br](mailto:lcprado@usp.br)  
(Presidente)/ Lina Aras: [laras@ufba.br](mailto:laras@ufba.br) (Vice-

presidente)/ Antonio Gil: tomgil@npd.ufes.br  
(Secretário) e Lúcio Flávio Vasconcelos:  
lflavio@reitoria.ufpb.br (Tesoureiro)